

8. Gyorgy Lukács, *Ontologia Dell'Essere Sociale*, II, Roma, Editori Riuniti, 1981, p. 506.

9. Ver as considerações de Gramsci acerca dos limites de sindicalismo e da importância dos conselhos no *L'Ordine Nuovo*, 1919/20.

10. Conforme I. Mészáros, "Contingent and...", op. cit., p. 82.

11. Gyorgy Lukács, "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem", *Temas* 4, São Paulo, p. 14.

122

## TRABALHO E ESTRANHAMENTO\*

A história da realização do ser social, muitos já o disseram, objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. Este, por sua vez, desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material. Em outras palavras, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas. É por demais conhecida aquela passagem de *O Capital*, onde Marx diferencia o pior arquiteto da melhor abelha: aquele "obtem um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetiva uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objeto, que ele sabe que determina, como lei, espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade".

Em outras palavras, o ser humano tem ideado, em sua consciência, a configuração que quer imprimir ao objeto do trabalho, antes de sua realização.

Isto ressalta a capacidade teleológica do ser social. É no trabalho, entendido como protoforma, como forma originária da atividade humana, "que se pode demonstrar ontologicamente que o estabelecimento de uma finalidade é um momento real da efetiva realidade material (...) qualquer trabalho seria impossível se não fosse precedido de uma tal colocação, determinando-lhe o processo em todas as suas fases".<sup>2</sup> Ou, ainda segundo Lukács: "Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas

\* Publicado, com pequenas alterações, em *A Rebeldia do Trabalho*, Editora

da Unicamp, 1992, 2ª edição.

123

as mediações existem ontologicamente apenas em função da sua satisfação".<sup>3</sup>

Do que se depreende que é decisivo o papel da ação teleológica, que põe em movimento formas distinguidoras da atividade mecânica animal, configurando previamente o processo de trabalho.

No trabalho, o momento distinguidos, essencialmente se paratário, é constituído pela manifestação do ato consciente que, no ser social, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica." "O trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios."<sup>5</sup> O que remete a uma dimensão fundamental da subjetividade do ser, à dimensão teleológica. "Portanto, pode-se falar racionalmente do ser social tão-somente quando se compreende que sua gênese, sua separação da base originária e sua emancipação, estão fundadas no trabalho, ou seja, na contínua realização de finalidades colocadas."

Falar em teleologia no processo de trabalho não significa evidentemente, conceber um teleologismo que afirma o domínio universal do finalismo, uma teleologia dominando a história. Há, ao contrário, no plano do trabalho, uma unidade inseparável entre teleologia e causalidade. Como diz ainda Lukács: "Decisivo aqui é compreender que se está em face de uma duplicidade numa sociedade tornada realmente social, a maior parte das atividades cujo conjunto põe a totalidade em movimento, certamente de origem teleológica, mas a sua existência real (...) é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico".

O que torna transparente a contraditoriedade presente no processo social: formular teleologias sobre as alternativas possibilitadas pela realidade - cujo movimento é resultante de causalidades presentes nessa mesma realidade e que foram postas pelo conjunto dos atos humanos precedentes -, o que restringe e limita as possibilidades e alternativas da ação teleológica. Isso, entretanto, não elide a ação consciente, sub-

124

jetiva, que desempenha papel decisivo nas mudanças e rupturas substanciais da história da humanidade, de que as revoluções são momentos exemplares.

O trabalho gera, "na ontologia do ser social, uma categoria qualitativamente nova em relação às precedentes formas do ser inorgânico. Tal novidade está no fato de que a posição teleológica realiza-se enquanto resultado adequado, idealizado e desejado".<sup>9</sup>

O trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o "motor decisivo do processo de humanização do homem". Não foi outro o significado dado por Marx ao enfatizar que: "Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana". Esta formulação permite entender o trabalho como "a única lei objetiva e ultra-universal do ser social, que é tão "eterna" quanto o próprio ser social; ou seja, trata-se também de uma lei histórica, à medida que nasce simultaneamente com o ser social, mas que permanece ativa apenas enquanto esse existir".

Através do trabalho, diz Lukács, "tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; "desenvolve as potências nela ocultas" e subordina as forças da natureza "ao seu próprio poder". Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. O homem que trabalha "utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade-. 13

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o

125

trabalho é degradado e aviltado. Torna-se estranhado."<sup>4</sup> O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social - a sua realização no e pelo trabalho - é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não "primeira necessidade" de realização humana. Na formulação contida nos Manuscritos, "... o trabalhador decai a uma mercadoria e à mais

miserável mercadoria", torna-se "um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual".<sup>5</sup>

Como expressão da realidade existente na sociedade regida pelo valor tem-se a dialética da riqueza-miséria, da acumulação-privação, do possuidor-despossuído. Ainda conforme Marx: "Segundo leis da Economia Política o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa de maneira que quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, que tanto melhor formado o seu produto tanto mais deformado o trabalhador, que tanto mais civilizado o seu objeto tanto mais bárbaro o trabalhador, que quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente se torna o trabalhador, que quanto mais rico de espírito o trabalho tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza".

Como resultante da forma do trabalho na sociedade capitalista tem-se a desrealização do ser social. O resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio, como algo alheio e estranho ao produtor e que se tornou coisa. Tem-se, então, que essa realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador."

Esse processo de estranhamento do trabalho não se efetiva apenas no resultado - a perda do objeto -, mas abrange também o próprio ato de produção; ele é o efeito da atividade

126

produtiva já estranhada. Se o produto é o resultado da atividade produtiva, resulta que esta é estranha ao trabalhador. Nas palavras de Marx: "No estranhamento do objeto do trabalho só se resume o estranhamento, a alienação na atividade mesma do trabalho".<sup>8</sup> O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega. "Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele." <sup>19</sup>

Em seus Extratos de Leitura sobre J. Mill, onde pela primeira vez faz uma exposição mais sistemática da noção de estranhamento, Marx afirma: "Meu trabalho seria livre projeção exterior de minha vida, portanto desfrute de vida. Sob o pressuposto da propriedade privada (em troca) é estranhamento de minha vida, posto que trabalho para viver, para conseguir os meios de vida. Meu trabalho não é vida".

O trabalho como atividade vital, verdadeira, desaparece: "Uma

vez pressuposta a propriedade privada, minha individualidade se torna estranhada até tal ponto, que esta atividade se torna odiosa, um suplício e, mais que atividade, aparência dela; por conseqüência, é também uma atividade puramente imposta e o único que me obriga a realizá-la é uma necessidade extrínseca e accidental, não a necessidade interna e necessária". 21

O estranhamento, enquanto expressão de uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro é a "abstração da natureza específica, pessoal" do ser social, que "atua como homem que se perdeu a si mesmo, desumanizado".2" O estranhamento remete, pois, à idéia de barreiras sociais que obstaculizam o desenvolvimento da personalidade humana. Tem-se como retrato não o pleno desenvolvimento da omnilateralidade do ser, mas a sua redução ao que lhe é instintivo e mesmo animal. Ainda nas palavras incisivas presentes nos Manuscritos:

127

o trabalhador sente-se livremente ativo em suas funções animais (comer, beber, procriar etc.) e em suas funções humanas sente-se como um animal. O que é próprio da animalidade se torna humano e o que é humano torna-se animal.

Estranhado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se do próprio homem.<sup>24</sup> Torna-se estranho em relação ao gênero humano. "O homem se converte em um simples meio para outro homem; um meio para a satisfação de seus fins privados, de sua avidez".<sup>25</sup> Não se verifica o momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano - isto é, o homem vivendo para-si-para-outrem conscientemente como gênero -, mas o seu contrário.

Nas sociedades capitalistas "o valor de uso (o produto do trabalho concreto) não serve para a satisfação das necessidades. Ao inverso, sua essência consiste em satisfazer as necessidades do não-possuidor. Ao trabalhador lhe é completamente indiferente o tipo de valores de uso por ele produzido, não tendo com eles nenhuma relação. O que desenvolve para satisfazer suas necessidades é, pelo contrário, trabalho abstrato: trabalha unicamente para manter-se, para satisfazer as meras necessidades "necessárias".

Na concretude do capitalismo tem-se, portanto, que "tudo é reificado e as relações ontológicas fundamentais são postas de cabeça para baixo. O indivíduo é confrontado com meros objetos (coisas, mercadorias), quando seu "corpo inorgânico" - "natureza trabalhada" e capacidade produtiva externalizada - foi dele alienado. Não tem consciência de um "ser pertencente a uma espécie"..., em outras

palavras, um ser cuja essência não coincide diretamente com a sua individualidade".<sup>27</sup>

A atividade produtiva, dominada pela fragmentação e isolamento capitalista, onde os homens são atomizados, "não pode realizar adequadamente a função de mediação entre o homem e a natureza, porque "reifica" (coisifica) o homem e suas relações e o reduz ao estado de um animal natural.<sup>11.21</sup> Em lugar da consciência de ser social, têm-se o culto da

128

privacidade, a idealização do indivíduo tomado abstratamente.<sup>29</sup> Ao invés do trabalho como atividade vital, momento de identidade entre o indivíduo e o ser genérico, tem-se, na sociedade regida pelo capital, uma forma de objetivação do trabalho, onde as relações sociais estabelecidas entre os produtores assumem, conforme disse Marx, a forma de relação entre os produtos do trabalho. A relação social estabelecida entre os homens adquire a forma de uma relação entre coisas.

"A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos de trabalho; a medida do dispêndio de forças de trabalho do homem, por meio de sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho."<sup>30</sup>

A dimensão abstrata do trabalho mascara e faz desvanecer a sua dimensão concreta, de trabalho útil. Disto resulta o caráter misterioso ou fetichizado da mercadoria: ela encobre as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-as como inerentes aos produtos do trabalho. Mascaram-se as relações sociais existentes entre os trabalhos individuais e o trabalho total, apresentando-as como relações entre objetos coisificados. "Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas."<sup>31</sup>

No valor de troca, o vínculo social entre as pessoas se transforma em uma relação social entre coisas: a capacidade pessoal transfigura-se em capacidade das coisas. <sup>12</sup> Trata-se, portanto, de uma relação reificada entre os seres sociais. Marx aponta, entretanto, nos Grundrisse, a dialeticidade presente no capitalismo: "O grau e a universalidade do desenvolvimento das faculdades, que tornam possível esta individualidade [Os indivíduos universalmente desenvolvidos, cujas relações sociais enquanto relações próprias e coletivas estão já submetidas a seu próprio controle coletivo] supõem precisamente a

produção

129

baseada sobre o valor de troca, que cria, pela primeira vez, ao mesmo tempo, a universalidade do estranhamento do indivíduo frente a si mesmo e aos demais e a universalidade e a multilateralidade de suas relações e de suas habilidades. Em estágios de desenvolvimento anteriores, o indivíduo se apresenta com maior plenitude precisamente porque não havia desenvolvido ainda a plenitude de suas relações e não as pôs, frente a ele, como potências e relações sociais autônomas". E acrescenta: "É tão ridículo sentir nostalgia daquela plenitude primitiva como crer que é preciso deter-se neste vazio completo".

A racionalização própria da indústria capitalista moderna tende, ao ser movida pela lógica do capital, a eliminar as propriedades qualitativas do trabalhador, pela decomposição cada vez maior do processo de trabalho em operações parciais, operando-se uma ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho. Este é reduzido a um nível de especialização, que acentua a atividade mecanicamente repetida. E essa decomposição moderna do processo de trabalho, de inspiração taylorista, "penetra até a "alma" do trabalhador". Tem-se, no plano da consciência, a coisificação, a reificação; o trabalho estranhado converte-se num forte obstáculo à busca da omnilateralidade e plenitude do ser. Não é casual, diz A. Heller, que Marx enfatize vigorosamente o fato de que o capitalismo produza necessidades "múltiplas e ricas", na mesma medida em que provoca o empobrecimento dos homens e converte o trabalhador em um ser "isento de necessidades" 1.35

Remetida à contemporaneidade, dada pelo capitalismo avançado da época monopólica, a problemática do estranhamento adquire amplitude ainda maior: se na gênese do capitalismo industrial, dada a vigência "de um trabalho opressivo em um nível quase animal" [...] a luta de classes teve por objetivo, por décadas, garantir, com reivindicações adequadas sobre salários e sobre o tempo de trabalho, o mínimo de uma vida humana para o trabalhador", com a subsunção real do trabalho ao capital, e o predomínio da mais-valia relativa, a luta ganhou um componente inteiramente novo, uma vez que a mais-valia absoluta já não desempenha o papel dominante.

130

"Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação, que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais, ergue uma barreira no interior dos indivíduos, entre a sua existência e uma vida rica de sentido (...) Por

causa desta manipulação, o operário, o homem que trabalha é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo livre em otiosa, porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância e vida com finalidade em si mesma, assim como na jornada de trabalho de doze horas a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho."

Essa longa citação parece-nos valiosa por introduzir componentes novos para se entender a problemática do estranhamento na sociabilidade contemporânea: se esta se objetiva originariamente no processo de produção - e tem neste momento o seu estatuto ontológico fundante -, o capitalismo avançado conseguiu estendê-la até a esfera do consumo. Com todo arsenal mercadológico e da mass media, a possibilidade de manipulação das necessidades de consumo do ser que trabalha o impossibilita, também neste plano, de buscar sua realização, acarretando formas complexas de estranhamento. 38

No universo da manipulação das necessidades, a liberdade individual é "só aparente: o particular elege os objetos de suas necessidades e plasma essas necessidades individuais não em conformidade com sua personalidade, mas sobretudo em conformidade com o lugar que ocupa na divisão do trabalho (...) dado que o fim não é o desenvolvimento múltiplo do indivíduo, o particular se converte em escravo desse conjunto restrito de necessidades".<sup>39</sup> O retrato mais significativo do empobrecimento das necessidades do indivíduo é dado pela sua redução e homogeneização: "o operário somente deve ter o suficiente para querer viver e somente deve querer viver para ter. (...) Quando observa que o trabalhador é um "ser sem necessidade", Marx alude a esta redução. O trabalhador deve privar-se de toda necessidade para poder satisfazer uma só, manter-se vivo. (...) De uma só coisa não pode privar-se o trabalhador: de sua

131

força de trabalho. Porém, o uso da força de trabalho (o trabalho) em condições capitalistas constitui também um "processo de redução". A própria execução do trabalho não representa uma necessidade do trabalhador. Como consequência da divisão do trabalho esta é limitada à "força produtiva por excelência". Assim se conclui o processo de redução e homogeneização das necessidades",<sup>a</sup>

Há, portanto, no plano da produção e reprodução material, uma dupla dimensão da luta contra o estranhamento sob o capitalismo: aquela que visa o questionamento do próprio modo de produção e extração na mais-valia e aquela que possibilita ao indivíduo que trabalha, utilizar seu horário de não-trabalho, seu tempo liberado, visando a concretização de uma experiência mais cheia de sentido, não coisificado pela manipulação do capital.

É evidente, entretanto, que a emancipação do trabalho não se confunde com tempo livre ou liberado, mas sim com uma nova forma de trabalho, que realize, em sua integralidade, a omnilateralidade humana, o livre desenvolvimento das individualidades, a plena realização e emancipação do ser social. Por isso discordamos de A. Gorz, quando este afirma que a libertação do ser social passa pela abolição do trabalho, pelo reino do não-trabalho, pela "sociedade do tempo liberado". Dessa formulação resulta que a centralidade na transformação social não é mais encontrada na classe trabalhadora mas na "não-classe" de "não-trabalhadores".

É verdade que, na contextualização do capitalismo avançado, a automatização crescente tem acarretado uma diminuição relativa de segmentos da classe operária. Do mesmo modo, é possível constatar, em alguns países europeus, um processo que, paralelamente à automação do trabalho, tem gerado uma descentralização das grandes unidades fabris. Referindo-se à Itália, Fergus Murray mostra como a descentralização produtiva tem sido intensificada e tem se transformado através do avanço tecnológico, combinando automação e descentralização física da produção, gerando o fracionamento do trabalho, anteriormente concentrado em grandes unidades fabris, e que passa a se

132

transferir para o domestic out-workers, incrementando, desse modo, o putting-out do trabalho para uma rede de pequenas unidades. A título de exemplo dessas tendências, cita o autor que no Japão existem cerca de 180 mil domestic out-workers; o carro S. da General Motors é fabricado na rede de produção da G.M. européia, que emprega 120 mil trabalhadores espalhados em 39 plantas em dezessete países. Na economia italiana, o putting-out tem acarretado mudanças no emprego industrial dos últimos dez anos; em 1971, 22% da força de trabalho industrial estavam empregados em pequenas empresas com menos de dezenove trabalhadores. Por volta de 1978 este índice cresceu para 29,4%, aumentando em cerca de 345 mil trabalhadores. O putting-out e a fragmentação geográfica da produção têm sido parcialmente responsáveis por estas tendências. Em 1980 aproximadamente um terço da força de trabalho na indústria mecânica de Bolonha estava trabalhando em "empresas artesanais" (artisan firms) que empregam de um a quinze trabalhadores. Tudo isto sugere, segundo o autor, que a descentralização produtiva, a automação e a informática são meios eficientes para serem contrapostos ao poder operário e ao trabalho coletivo de massa. Em se generalizando essa tendência (o que por enquanto é uma hipótese), é evidente que o trabalhador coletivo de massa dos anos 70 diminuirá em muito sua potencialidade revolucionária." Se é válido argumentar que a formulação do fim do proletariado é, no mínimo, polêmica e mesmo problemática, mesmo quando remetida à concretude do

capitalismo avançado (onde expressivos confrontos do proletariado europeu, como a greve dos mineiros ingleses, que perdurou por quase um ano, e a dos metalúrgicos alemães, também de longa duração - só para citar dois exemplos desencadeados em 1984 - contraditam as teses do welfare state e do conformismo da classe operária) mais problemáticas tornam-se quando remetidas aos países não-hegemônicos." Mas essa já é uma outra discussão.

## NOTAS

1. K. Marx, O Capital, São Paulo, Abril Cultural, vol. 1, Livro Primeiro, tomo 1, 1983, pp. 149-150.
2. G. Lukács, Ontologia Dell"essere Socinle, II", Roma, Editori Riuniti, 1981 p. 23.
3. G. Lukács, "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem" las Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, nº 4 1978, p. 5.
4. Ibid., p. 4.
5. Ibid., p. 8.
6. G. Lukács, Ontologia Dell"essere Socinle, II", op. cit., p. 24. 7. G. Lukács, "As Bases...", op. cit., p. 6.
8. Sobre a distinção lukacsiana entre posições teleológicas primárias, isto é aquelas que remetem diretamente à esfera do trabalho, e as posições teleológicas secundárias, isto é, aquelas que se referem à atividade humana que não diretamente vinculadas às atividades econômicas, mas sim à super estrutura, ver Ester Vaisman, O Problema da Ideologia na Ontologia de G. Lukács Dissertação de Mestrado, UFPB, 1986, especialmente cap. I.
9. G. Lukács, Ontologia..., II", op. cit., p. 33.
10. Ibid., p. 36.
11. K. Marx, O Capital, op. cit., p. 50.
12. G. Lukács, Ontologia do Ser Social (Os Principios Ontológicos Fundamentais de Marx), São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1979, p. 99.
13. Ibid., p. 16.
14. Utilizamos a expressão o trabalho estranhado (die entfremciete

Arbeit) estranhamento (Entfremdung) e não alienação (Entäußerung), porque, enquanto esta última é um aspecto ineliminável de toda objetivação, o estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana. Como disse Lukács: "Somente quando as formas objetificadas da sociedade adquirem ou assumem funções que põem a essência do homem em contraposição à sua existência, submetem a essência humana ao ser social, a deformam ou dilaceram etc., é que se produz a relação objetivamente social do estranhamento". Conforme G. Lukács, *História Consciência de Classe*, Prólogo de 1967, Barcelona, Grijalbo, 1975, p. XXV. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas acarreta necessariamente o desenvolvimento da capacidade humana, mas - e aqui emerge plasticamente o problema do estranhamento - o desenvolvimento da capacidade humana não produz necessariamente o desenvolvimento da personalidade humana, mas, ao contrário, pode desfigurá-la e aviltá-la.

Ver G. Lukács "Ontologia...", II", p. 562.

15. K. Marx, *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, parte final do primeiro manuscrito, Florestan Fernandes (org.), *IAS MnxlEngels, Histórias*, São Paulo,

134

Ática, 1983, pp. 147 e 158. Como o tradutor desta edição não compartilha com o exposto na nota anterior, fizemos algumas alterações a partir da consulta ao texto original *ökonomisch-philosophische Manuskripte (1844)*, Werke, Dietz Verlag, Berlim, pp. 510-522.

16. Ibid., p. 152.

17. Ibid., p. 149.

18. Ibid., pp. 152-153.

19. Ibid., p. 153.

20. K. Marx, "Extractos de Lectura - James Mill", in *Obras de Marx y Engels*, Orne, "Manuscritos de Paris y Anuários Franco-Alemanes - 1844", Barcelona, Grijalbo, 1978, p. 293.

21. Ibid., p. 299.

22. Ibid., p. 278.

23. K. Marx, *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. op. cit., p. 154.

24. Ibid., p. 158.
25. Agnes Heller, Teoria de las Necesidades en Marx, Barcelona, Ed. Península, 1986, p. 54.
26. Ibid., p. 54.
27. István Mészáros, Marx: A Teoria da Alienação, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 76.
28. Ibid., pp. 76-77.
29. Ibid., p. 77.
30. K. Marx, O Capital, vol. I, Abril, op. cit., p. 71.
31. Ibid., p. 71.
32. K. Marx, Elementos Fundamentais Para La Crítica de la Economía Política, Borrador, 1857-1858, 1, Buenos Aires, Siglo XXI, p. 85.
33. Ibid., pp. 89-90.
34. Conforme G. Lukács, "La Cosificación y la Conciencia del Proletariado", in Historia y Conciencia de Clase, op. cit., p. 129.
35. A. Heller, op. cit., p. 53.
36. G. Lukács, Conversando con Lukács, por Holz, Kofler Abendroth, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, pp. 52-53.
37. Ibid., pp. 53-54
38. Conforme G. Lukács, "Autocrítica do Marxismo", in Temas de Ciências Humanas, op. cit., p. 23. Penso que Sartre também afora esta problemática quando afirma, referindo-se ao capitalismo avançado, que "o operário esgota-se trabalhando para produzir o automóvel e para ganhar o dinheiro necessário para comprá-lo; esta aquisição lhe dá a impressão de que foi satisfeita uma 'necessidade'. O sistema que o explora lhe dá, ao mesmo tempo, um modelo e a possibilidade de satisfazê-lo. Há que buscar, portanto, a consciência do caráter intolerável do sistema não mais na impossibilidade de satisfazer suas necessidades elementares, senão, antes de tudo, na consciência da alienação: quer dizer, porque esta vida não vale a pena de ser vivida e porque não tem sentido, esse mecanismo é um embuste, essas necessidades criam-se artificialmente, são falsas,

esgotam e só servem a estas utilidades". 1. Paulo, Sartre, "Masas, Espontaneidad, Partido", Discusión entre Sartre y la dirección

135

del II Manifiesto, in Teoria Marxista del Partido Político 3, Vários Autores, Cuadernos de Pasado y Presente 38, Buenos Aires, Siglo XXI, 1973, p. 21. A. Liellet, op. cit., pp. 57-58.

Ibid., pp. 64-66.

Ver A. Gorz, Adeus ao Proletariado (Para Além do Socialismo), Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, pp. 9-22.

Ver Fergus Murray, "The Decentralisation of Production - The Decline of the Mass-Collective Worker?", in Capital & Clas.s, n° 19, primavera 1983, Londres, pp. 79-99.

Sobre a greve dos mineiros na Inglaterra ver Digging Deeper - /s.suer in the Miner's Strike, Huw Beynon Ed., British Library, 1985.

Outro autor, Castoriadis, levou ao limite a formulação anterior contida em A. Gorz, e da qual discordamos radicalmente. Em Socialismo ou Barbárie diz: "A preparação histórica, a gestão cultural e antropológica da transformação social não pode nem poderá ser tarefa do proletariado, nem a título exclusivo nem a título de privilégio. Não se trata de atribuir a uma categoria social particular, seja ela qual for, uma posição soberana ou "hegemônica", após o que discorre sobre o que considera a total inadequação do conceito de proletariado e da teoria marxiana das classes. Acrescenta ainda, em outro ensaio: "Não podemos começar a compreender algo sobre o proletariado e sua história enquanto não nos livrarmos desses esquemas ontológicos que dominam o pensamento herdado (e seu último rebento, o marxismo), enquanto não considerarmos em primeiro lugar as significações novas que emergem na e através da atividade dessa categoria social, em vez de fazê-la entrar à força em escaninhos conceituais vindos de fora e previamente dados". E completa: "A classe operária, no sentido próprio da expressão, tende a se tornar uma camada numericamente minoritária nos países de capitalismo moderno; e, o que é ainda mais importante, não se manifesta mais e não se põe mais como classe". Disto resulta que "... não há mais proletariado como única classe verdadeiramente revolucionária; há um proletariado minoritário na sociedade, que não se põe como classe revolucionária (e nem mesmo mais como "classe") e cuja luta contra o sistema instituído não é, quantitativa ou qualitativamente, nem mais nem menos importante do que a de outras camadas sociais". A primeira citação está em C. Castoriadis, Socialismo ou Barbárie (O Conteúdo do Socialismo), São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 30. As demais citações encontram-se em A

Experiência do Movimento Operário, São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 54, 73-76. Em relação à persistência do antagonismo entre o capital social total e a totalidade do trabalho, ver as considerações de Mészáros, A Necessidade do Controle Social, São Paulo, Ensaio, especialmente itens 6 e 7.

136

#### A PREVALÊNCIA DA LÓGICA DO CAPITAL\*

Vou procurar apontar alguns elementos que determinaram a derrocada da URSS e da equivocadamente chamada "experiência socialista" intentada neste século. Vou fazê-lo recorrendo a duas idéias centrais, deixando de tratar de inúmeras questões relevantes, mas não determinantes, que a brevidade deste texto não permite tratar:

1) Ao contrário do que apregoa a irrazão hoje dominante, a experiência da URSS não concretizou valores essenciais do pensamento de Marx, mas acabou por efetivar a negação aguda dos elementos fundantes de seu pensamento.

2) As sociedades pós-revolucionárias não conseguiram constituir-se enquanto sociedades socialistas; a ruptura iniciada em 1917 não foi capaz de romper com a lógica histórico-mundial do capital, apesar de contemplar, no âmbito dos recortes nacionais, dimensões anticapitalistas.

Começemos pela primeira. São conhecidas as idéias de Marx a respeito das possibilidades de rupturas anticapitalistas: estas encontrariam solo fértil somente se as revoluções socialistas atingissem uma dimensão e uma processualidade universalizantes, a partir de "um alto grau de desenvolvimento", dado "num plano histórico-mundial". Sem isso, o "comunismo local", impossibilitado de desenvolver-se como "força universal", seria sufocado pelas próprias "forças do intercâmbio" mundial (Marx, 1977: 50-51). Muito tempo depois, indagado sobre a possibilidade da revolução na Rússia, Marx acrescentou: pela inserção no "mercado mundial onde predomina a produção capitalista" (Marx, 1978: 142), a revolução russa poderá ser "ponto de

\* Publicado em Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, vol. 1, nº 1, 1994.

137

partida" para o Ocidente, "de modo que ambas se completem" (Marx e Engels, 1975: 15).